

A intertextualidade nas notícias sobre o Sistema Único de Saúde no jornal O Diário do Nordeste¹

Clarisse Castro CAVALCANTE²

Kátia LERNER³

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este artigo é parte resultante da pesquisa de mestrado intitulada ‘Os sentidos do Sistema Único de Saúde na mídia impressa do Ceará – Um estudo do jornal O Diário do Nordeste’. O objetivo do artigo é apontar a presença, nos textos coletados na amostra, de um dos elementos da Análise de Discursos, a intertextualidade, e discutir a sua importância na prática social discursiva. Recorremos à abordagem teórica e metodológica proposta pela Semiologia dos Discursos Sociais, que considera os contextos como elementos fundamentais para a construção, significação e projeção dos discursos, produzindo sentidos e construindo realidades. Tal presença da intertextualidade é apresentada especialmente a partir das marcas discursivas assentadas nas notícias cotidianas, numa coleta de seis meses de textos do jornal impresso O Diário do Nordeste.

Palavras-chave

Jornalismo; SUS; Saúde; Discurso; Comunicação e Saúde.

Introdução

Diversas teorias da informação e da comunicação ocuparam-se, ao longo do tempo, e ainda ocupam-se em explicar aquilo que parece ter-se tornado um senso comum da vida contemporânea: a presença da mídia como elemento indissociável do cotidiano das pessoas. Silverstone (2005) defende que a mídia atua em nossas vidas organizando um intenso processo social que se dá em continuidade, requerendo para isso a nossa participação ativa, e por isso nos dá “as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e que sustentamos diariamente”.

Fausto (2007) chama de *mediatização* o fenômeno de atuação da mídia na sociedade contemporânea. Mais que informada, mais que informatizada, o que o autor

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

sugere que está a acontecer é o surgimento de outra conformação das relações sociais, onde a mídia demarca sua presença constituinte e modeladora. Voltando-se cada vez mais para si, para um processo de reflexividade que faz da sua própria existência uma razão demasiadamente importante para o cotidiano, a mídia nos invoca a mergulhar nos seus modos de operação, de avaliação, de mediação dos valores humanos e sociais, situados num tempo e num espaço por ela organizados. Numa sociedade midiaticizada, os sujeitos que ocupam posições estratégicas de visibilidade – por exemplo, os atores das novelas, os jornalistas das redações, os músicos catapultados ao sucesso e os demais formadores de opinião - estão cada vez mais falando de si e de seu universo, e nós estamos tomando isto como um universo nosso. Estamos nos fidelizando por uma aparente necessidade de pertencer a este circuito.

Tamanha centralidade da mídia na vida contemporânea nos leva a compartilhar da ideia de que sua presença na atualidade se configura na conformação de um tipo de poder, o de constituir a própria ideia de cotidiano, e a partir disso do cotidiano em si, e de nos oferecer elementos para construir e sustentar esta continuidade. Ou, quem sabe, provocar nela rupturas. O exercício do poder midiático, diferentemente dos poderes brutos que conhecemos, exercidos muito mais pela imposição física da força, se dá pela disputa e pela negociação simbólica dos modos de fazer ver determinadas coisas e fazer crer no que se diz sobre elas. É um fenômeno que Bourdieu (2012) chamou de ‘poder simbólico’, quando

não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico (BOURDIEU, 2012).

Assim, os sujeitos das relações de comunicação estruturam suas disputas ingressos naquilo que Araújo (2004) denominou de mercado simbólico - o território “onde várias vozes concorrem entre si pela prevalência do seu próprio modo de perceber, analisar e intervir sobre a realidade” (sem página). No mercado simbólico se negociam sentidos, circulam sentidos, formas de perceber e produzir realidades.

Para entendermos de que maneira isso ocorre, estamos propondo um caminho, que é justamente o entendimento da prática jornalística como um fenômeno social: como prática social discursiva. E os textos jornalísticos como discursos. E que, como tais, estão carregadas de poder e de vontade de poder, “de dizer, de nomear e de interpelar os atores e

as situações sociais em que vivem”, modulando significativamente “os imaginários sociais a este respeito” (OLIVEIRA, 2013). Para compreender a atuação do jornalismo na contemporaneidade não importam apenas as especificidades do campo, como os valores-notícias e os modos de produção midiáticos; e seus resultantes materiais concretos, como os textos jornalísticos; mas entender essa materialidade dentro dos contextos – político, social, produtivo, existencial - nos quais está inserida.

Daí a nossa ancoragem teórica na Semiologia dos Discursos Sociais, uma abordagem que possibilita a transição dos modos de perceber os textos jornalísticos tradicionalmente centrados na mensagem e nos percursos por ela traçados para atingir um público alvo-específico, para uma forma de percebê-los também a partir da relação que estabelecem com o conjunto simbólico que caracteriza a prática social: o texto inserido em contextos, com as relações de poder implicadas, resultando na produção de sentidos na e para a realidade. Ao assumir que a notícia é discurso rompemos teórica e metodologicamente com o esquema elementar de comunicação que trata o texto jornalístico apenas como mensagem, ou informação, construída por um ou mais emissores e destinada a um ou mais receptores, numa relação cujo sucesso depende da eliminação de todo ruído que se interponha no caminho. No discurso, não há essa separação entre emissor e receptor, “nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque (ORLANDI, 2001, p.21).

Também é importante ressaltar que na Semiologia dos Discursos Sociais tanto importa entender o texto a partir do cenário e do momento histórico em que ele é produzido, quanto entender que a prática social não se esgota na presença do texto, mas depende de uma série de relações que este texto estabelece com os demais elementos simbólicos presentes nos dispositivos midiáticos: a página na qual está exposto, os outros elementos com os quais divide a superfície espacial e temporal (contexto textual, ou co-texto), a editoria, o uso ou não de imagens etc. O sentido a ser produzido também depende desta formação coletiva. Da mesma forma, importa perceber que, independente da proximidade física com outros discursos dispostos, todo texto traz em seu bojo a influência de textos que o antecederam e que são acionados a partir da memória discursiva presente em seus elementos, ou daquilo que Bakhtin chamou de intertextualidade, “essa propriedade dos textos de se relacionarem com outros textos, anteriores, contemporâneos ou subsequentes, ou com acontecimentos de outra ordem” (ARAÚJO, 2000, p.131). Portanto, é no interior

dos discursos que se torna possível compreender essas relações, que podem se apresentar como ideias que se reforçam ou como ideias que concorrem entre si, em busca de prevalência na construção dos sentidos.

É fundamental, ainda, compreender que a composição de um texto dependerá enormemente das influências dos lugares sociais ocupados pelos integrantes do discurso (contexto situacional); e que os interlocutores dos discursos também carregam vivências e experiências que certamente influenciarão no resultado final da comunicação (contexto existencial). Sendo assim, “não só não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem” (PINTO, 2002). Além disso, Araújo (2009) defende que tais contextos são interdependentes, e que não há linhas rígidas que separem uns dos outros, mas sim “fronteiras movediças, deslizantes” (p.45), que “podem ser linhas de tensão, mas são sempre espaços de negociação” (Idem).

Assim sendo, entender a prática midiática como uma prática social discursiva significa uma disposição para compreender o que há além daquilo que finalmente se torna explícito textualmente. Antecipando, inclusive, que tudo o que foi dito ou escrito ocupou um espaço privilegiado, negado a outras possibilidades diferentes de dizer uma determinada coisa, e que são silenciadas no jogo de forças da produção discursiva. A linguagem, já diria Bakhtin (2006), como território onde se materializa esta prática, não é neutra, e é através dela que a mídia exercita o poder e as respectivas forças de imposição e de representação que este poder arregimenta. Neste sentido, falar é uma forma de fazer, de agir, de inferir e também interferir no cotidiano. “Falar é fazer, ou melhor, falar é fazer ver e, portanto, fazer existir” (ARAÚJO, 2000).

A prática discursiva jornalística e o Sistema Único de Saúde

Já que acordamos que os textos jornalísticos são discursos e que seus modos de produção são práticas sociais, que tanto influenciam quanto são influenciadas pelos contextos nos quais se originam, consideramos que as notícias sobre o Sistema Único de Saúde estão ocasionando a produção de sentidos diversos a seu respeito nos territórios nos quais circulam. E essa circulação é bastante significativa. A dissertação que deu origem a este artigo, intitulada *Os sentidos do Sistema Único de Saúde na mídia impressa do Ceará – Um estudo do jornal O Diário do Nordeste*, pesquisou 181 edições do jornal impresso

mencionado, no período de 01 janeiro a 30 de junho de 2013, e coletou 943 textos com presença do SUS em editorias e suplementos previamente selecionados: Cidade, Nacional, Política, Regional e Opinião.

O número obtido nos mostra que o SUS mantém uma presença considerável nesse jornal impresso: foram em média 157 textos por mês, o que representa 5 textos/dia aproximadamente (dos 181 dias de coleta, apenas em seis não obtivemos registros do SUS). Se compararmos com duas pesquisas que também tratam da presença do SUS na mídia anteriores à nossa (produzida no ano de 2014), a expressiva aparição do tema torna-se ainda mais evidente. Na dissertação de mestrado *Análise da imprensa escrita sobre o SUS no sistema municipal de saúde de Fortaleza entre 2005 e 2008* (2010) foram levantados, ao longo de quatro anos, 2088 textos, o que equivaleria a uma média de 522 textos/ano nos três jornais impressos do Ceará: O Povo, Diário do Nordeste e O Estado. Nós coletamos 943 textos apenas no Diário do Nordeste. Também na dissertação *A crítica ao SUS no jornal Folha de São Paulo* (2010), a análise de um ano desse jornal (o ano de 2013) levantou 667 textos, excluindo apenas uma seção do impresso intitulada Folha Ribeirão, que trata de notícias do interior do estado.

Outra pesquisa, desta vez realizada no Observatório Saúde na Mídia da Fundação Oswaldo Cruz, concomitantemente à nossa, mapeou a presença do SUS nos jornais O Globo e Folha de São Paulo, nos meses de fevereiro e março de 2013, sendo duas semanas em cada mês, totalizando quatro semanas ao final (duas em cada jornal). Este levantamento apontou a presença do SUS em 86 textos no jornal O Globo, e em 59 na Folha de São Paulo, durante o período recortado. É importante ressaltar que as pesquisas mencionadas foram produzidas a partir de metodologias diferentes, com formas de buscar e coletar diferentes das nossas, o que pode influenciado no resultado final da amostra. O que não invalida nossa constatação de algo que todas elas têm em comum: o SUS é, de modo quantitativamente e qualitativamente demonstrável, um tema de interesse midiático.

Uma das explicações possíveis para isso é o fato do SUS ser um tema que se insere num campo discursivo ainda mais amplo, o da saúde, que a cada dia assume mais fortemente contornos de interesse público, nos envolvendo subjetivamente, arbitrariamente, estatisticamente etc. A saúde compõe a gama de assuntos/fatos/acontecimentos que estão na ordem do dia dos jornais, com coberturas que vão desde o fascínio pelas doenças mais complexas e pelas pesquisas que propõe curas, passando pelo destaque aos padrões estéticos contemporâneos e os modos de vivencia-los, e chegando aos impactos causados

por epidemias ou desastres químicos, entre outros interesses. Lerner e Sacramento (2014) apontam que a saúde se configura como um valor-notícia para o jornalismo atual, e que se reflete para além dele, ligando-se ao próprio lugar que ela vem adquirindo na sociedade contemporânea. “A saúde não é só um objetivo de vida, mas muitas vezes confere sentido a ela [...]. Não é surpreendente, desse modo, que a saúde tenha tanto apelo de venda nos jornais e de audiência nos telejornais”.

Oliveira (2013) aponta que este interesse divide a cobertura da mídia sobre saúde em duas grandes categorias: a de notícias com foco na promoção da saúde; e das notícias irruptivas, do cotidiano social, que afetam ou são afetadas pelo campo da saúde. No primeiro caso, tais coberturas sofrem a interferência direta de suas fontes, dos promotores de notícias, que são as instituições políticas, científicas, mercadológicas, com um conteúdo basicamente informativo e voltado para a produção de um, ou alguns, sentido(s) de qualidade de vida. No segundo caso estão agrupadas as notícias ‘quentes’, formadas pelos elementos que tipificam o jornalismo como um espaço por onde circula o tempo presente, o imediato, o sensacional, o surpreendente. São as tragédias, os surtos, as epidemias, as falhas na prestação de serviços públicos e privados, as mortes, enfim, os acontecimentos que impactam a vida em sociedade, mobilizando afetos, revoltas, rejeições, manifestações.

Neste jogo complexo, nos cabe aqui a tentativa de projetar o universo do Sistema Único de Saúde nesta arena de construções simbólicas com suficiente poder para “influenciar as políticas públicas, fazendo com que determinados pontos sejam mais aceitos como verdade do que outros, ampliando as chances de investimento no setor” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). Lerner e Sacramento (2014) lembram, inclusive, que o movimento sanitário, que deu origem à implantação do SUS, redimensionou o papel da saúde na vida dos brasileiros já nos anos 80, entrando na agenda pública como uma questão que ultrapassa o modelo biológico e avança no conjunto de determinantes sociais da contemporaneidade, constituindo novos entendimentos e relações do Estado com o tema, da mídia com o tema e da própria sociedade.

A intertextualidade na produção de sentidos sobre o SUS

Neste artigo nos coube apontar a intertextualidade como um elemento-chave dessa prática discursiva de produção de sentidos sobre o SUS no Ceará. Um texto tem o seu sentido ampliado ou modificado quando o leitor se torna, a partir da intertextualidade,

instrumentalizado a acompanhar a narrativa continuada dos fatos. Aqui, destacamos as marcas discursivas que conectam os textos a outros que os antecederam, a outros com os quais dividem espaço na mesma edição, e vão tecendo sentidos diversos sobre o SUS, sejam eles negativos – precariedade, crise, ausência; ou positivos – eficiência, investimento político, cidadania etc. Neste sentido, a intertextualidade se configura como um elemento chave que conecta as abordagens midiáticas diárias, quando a fragmentação parece naturalizar-se diante do excesso de assuntos e ângulos possíveis. É através dela que se torna possível resgatar a narrativa e os sentidos pré-existentes, confirmando-os ou resignificando-os a partir dos contextos presentes.

Como nossa pesquisa teve início em janeiro de 2013, nos deparamos com uma cobertura fortemente marcada pela presença de uma preocupação com os planos de governo dos recém empossados prefeitos municipais, das eleições promovidas em outubro de 2012. Em Fortaleza houve uma mudança de direcionamento político: o Partido dos Trabalhadores, que comandava há oito anos a gestão municipal, não conseguiu promover uma sucessão. O prefeito eleito Roberto Cláudio, médico, apresentou como um dos destaques de sua gestão uma preocupação com a situação das unidades básicas de saúde do município, e se comprometeu publicamente, através da mídia, a realizar visitas em todas elas, a fim de perceber suas condições de funcionamento. Neste período, o Diário do Nordeste realizou uma série de reportagens sobre as principais queixas e expectativas da população de Fortaleza sobre a nova gestão, e a saúde foi um dos temas aos quais o impresso concedeu maior destaque, atribuindo inclusive escalas com notas, que foram de zero a cinco, para a oferta de serviços em cada região da cidade.

Com uma nota na coluna Comunicado, intitulada “O que esperar?”, publicada no dia 2 de janeiro, o Diário apresentou ao leitor a possibilidade de um acompanhamento às várias visitas aos postos de saúde, promovidas pelo prefeito e sua equipe de assessores. No dia seguinte, a primeira matéria – “Postos de saúde estão sem estrutura adequada” – deu a tônica da cobertura: os diversos textos e imagens resultantes deste acompanhamento apresentaram críticas variadas à estrutura dos espaços visitados, onde estariam faltando profissionais de saúde, especialmente médicos, além de remédios, materiais de trabalho, e vagas nos atendimentos, dentre outras coisas. Enquanto isso, o jornal cuidou de anunciar que no interior do estado outros novos prefeitos prometeram priorizar a saúde pública, como em Limoeiro do Norte, onde o gestor afirmou: “Estou tão determinado a fazer a saúde que se o dinheiro só der para a saúde, eu paro tudo, remanejo o dinheiro, mas *faço*

funcionar”. Tanto na cobertura referente à Fortaleza, quanto no interior, o destaque dado às promessas dos gestores para a saúde pública, que nem sempre é nomeada pelo jornal como SUS, sinalizou o interesse geral do Diário pelo tema. O editorial do dia 12 de janeiro, intitulado ‘Momento de transição’, destacou como “*ponto positivo* da estreia do novo gestor” de Fortaleza a série de visitas às unidades de saúde. Ao lado da educação e da segurança, formou-se a tríade midiática de expectativas sobre os novos governos.

É curioso observar que após certo tempo esta disponibilidade de acompanhamento do jornal sobre as ações da nova gestão na área da saúde adquire outra entonação, menos elogiosa e mais incisiva. As marcas discursivas abandonam um tom inicial mais otimista, de boas expectativas sobre um discurso em prol da saúde pública, em detrimento de uma maior cobrança, bem característica da dimensão ideológica do jornalismo associado ao exercício da cidadania. Em nota publicada no dia 23 de janeiro, o Diário informa: “A secretária de Saúde de Fortaleza, Socorro Martins, afirma *não ter um diagnóstico* sobre a situação em que se encontra o setor na capital”. Tudo porque a gestora ainda estaria se apropriando da situação da pasta assumida há mais de 20 dias.

Neste ínterim, o legado dos governos antigos também mereceu a atenção do jornal, sobretudo quando começaram a aparecer, em série, as denúncias sobre desmontes nas gestões municipais. Muitos gestores desocuparam os cargos, tendo perdido as eleições, deixando para trás estruturas ditas sucateadas na saúde e salários dos funcionários municipais atrasados. No dia 4 de janeiro, com o título “Servidores não receberam salários de 2012”, o Diário começou a noticiar o prejuízo da transição para a saúde dos cearenses, sobretudo do interior, informando a paralisação de profissionais do Programa Saúde da Família e do hospital regional, que aguardavam a liberação do salário de dezembro para voltarem a trabalhar. No trecho “Os novos gestores *possuem o desafio* de colocar na balança o pagamento de dois meses de salários não pagos pelo gestor anterior”, fica explícita a responsabilização pelo problema. E no dia 5, a nova prefeita de Jaguaratama-CE criou um acontecimento ao expor em praça pública os carros sucateados que encontrou no município ao tomar posse, entre eles uma ambulância, o que estaria causando prejuízos no transporte de pacientes da zona rural à sede do município. Na reportagem, ela diz: “Esses veículos são de *fundamental importância* para casos de complicação médica”.

Mesmo não retomadas posteriormente ao longo dos seis meses de análise, tais notícias vão compondo um cenário a partir do qual é possível germinar no leitor uma determinada importância atribuída pelo jornal ao universo da saúde pública. E um modo do

próprio jornal se posicionar como ator político na arena discursiva, aquele que representará os anseios e necessidades da população, e cobrará por eles. Como mosaicos que ocupam maior ou menor centralidade com o passar dos dias, essas narrativas deixam explícito o interesse do impresso em conferir visibilidade às relações que são fortemente costuradas entre o direito à saúde e a ação governamental. Mais que tornar visíveis os fatos em questão, o jornal explicita desta maneira uma relação presente entre quem promove e quem deve ser beneficiado pelas políticas públicas – o gestor e o usuário do SUS, vocalizados nos discursos em questão. Aproveitando as expectativas de mudanças embutidas nos inícios de ano que trazem alterações nos cenários políticos, o Diário vai se posicionando como uma arena discursiva disposta a confrontar, e também a legitimar, os discursos sobre o funcionamento ou não das políticas partidárias dos recém empossados.

Em paralelo a essas narrativas sobre os cenários encontrados pelos novos gestores, começou a se desenhar na arena discursiva do jornal o imbróglio em torno da inauguração de um grande hospital público estadual, no município de Sobral, interior do estado. O fato extraordinário foi o vazamento da informação de que o Governo Estadual acordou a remuneração de R\$ 650 mil à cantora Ivete Sangalo para o show de inauguração do equipamento. O Ministério Público entrou em ação e solicitou a suspensão do pagamento, alegando descumprimento dos requisitos legais para ações do tipo, por parte do Estado. Tudo publicitado em matéria veiculada no dia 17 de janeiro. Em seguida, o jornal usou uma página inteira, a primeira do caderno Regional do dia 19 de janeiro, para destacar que o novo hospital seria “*referência* na zona norte”, já no título, num tom elogioso que transcorreu pelas duas matérias que se seguiram. No entanto, outro elemento surpresa - a queda de uma das fachadas do hospital após fortes chuvas ocorridas na região, ferindo um trabalhador da obra que se encontrava no local – voltou a criar suspeição sobre a obra e sobre os sentidos positivos que vinham se arregimentando na prática social discursiva.

A queda da marquise tornou-se chamada de capa no dia 17 de fevereiro, e a matéria relembrou a polêmica sobre a inauguração, tendo a intertextualidade como forte elemento conector dos episódios subsequentes. O texto comunicou que passado um mês da inauguração, o hospital ainda estava com o funcionamento *limitado* à parte administrativa, mas voltou a destacar todas as benesses do novo equipamento para a rede de serviços de saúde do estado. Marcas discursivas como “Show da Ivete”, no topo das matérias relativas ao assunto, ajudaram a acionar a rede de remissivas tecida nos desdobramentos do caso. No dia 19 de fevereiro, com o título ‘Chuva causa *mais estragos* no Hospital Regional Norte’, o

Diário noticiou o levantamento do piso da calçada de uma das áreas externas da unidade, que ainda não estava sendo utilizada pela população. A soma de todas as polêmicas que envolveram a construção e inauguração do hospital foi suficiente para promover a indignação: o cidadão pagou caro por uma obra mal construída e por um grandioso show de comemoração do fato. Contudo, é possível perceber ao longo da cobertura que o Diário tentou preservar a relevância do equipamento para a população cearense, construindo uma representativa credibilidade para o investimento.

Outro forte exemplo da intertextualidade presente nas narrativas midiáticas foi a discussão sobre a internação compulsória de usuários de crack no Brasil. Durante alguns dias e algumas reportagens, os leitores foram conduzidos a acompanhar as decisões lideradas pelo município de São Paulo, como política pública mista de segurança e saúde pública. O governador desse estado declarou, em matéria veiculada no dia 16 de janeiro, possuir 691 leitos hospitalares de retaguarda disponíveis à nova política, como forma de enfrentar “um *grande problema* de saúde pública”, causado pelo uso da droga. Esta matéria não apresentou nenhum contraponto à fala de Geraldo Alckmin, única voz presente no texto, que declarou em tom otimista sobre as ações propostas: “Tudo será *dado de graça*”, disse. Um dia após o início das internações, no entanto, o jornal noticiou um protesto realizado por um grupo de militantes sociais ligados, sobretudo, a movimentos religiosos, que se opunha à iniciativa do governo, considerada “drástica” e não eficaz.

Os pontos de vista diversos sobre a internação compulsória que foram aparecendo num lento sequenciamento despertaram um debate político, convocando diversas vozes a se fazerem presentes na arena discursiva do jornal, tais como a Organização Mundial de Saúde, que se declarou contrária ao método escolhido por São Paulo, em matéria veiculada no dia 7 de fevereiro – e resgatando um debate anterior a este, o da Reforma Psiquiátrica e toda a discussão em torno da humanização nas políticas de saúde voltadas a dependentes químicos. Este resgate se deu a partir de uma sequência de matérias publicadas sobre as políticas públicas em vigência, sobre o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e das organizações não governamentais de apoio terapêutico. No dia 22 de janeiro, logo após o início das internações compulsórias em São Paulo, o Diário produziu uma matéria onde denunciou: um Caps de Fortaleza não estava realizando internações por falta de alimentos para fornecer aos pacientes. Havia leitos disponíveis, o que se configura como uma das maiores dificuldades no SUS, porém não havia comida.

O atendimento hospitalar existente também teve sua atuação, envolta em precariedade, exposta no jornal, sob o título ‘Internações compulsórias em hospitais psiquiátricos triplicam’, no dia 20 de fevereiro. Nela, o relato e a imagem de pacientes dormindo no chão, ao relento, à espera de leitos. Ao mesmo tempo, tampouco estariam funcionando os centros terapêuticos. No dia 27 de fevereiro, uma matéria comunicou a possibilidade de fechamento da casa de apoio mantida pela Associação Cristã Esperança e Vida, que amparava crianças e jovens usuários de substâncias químicas, devido ao rompimento do seu convênio da Prefeitura Municipal do Crato-CE. Foi no dia 4 de março, porém, que a ideia de ineficiência das políticas em execução e uma necessidade de mais hospitalização foram postas lado a lado. Entrevistado, o autor do livro ‘Droga – internar não é prender’, afirmou que o problema não estava na falta de vagas de internação, mas na falta de “uma rede forte para os pobres”. Aqui foi o implícito que falou: quem cuida dos pobres é o SUS, portanto falta uma rede eficiente no Sistema para tratar quem não pode pagar por internações privadas, um mercado cada vez mais vigoroso.

Outro tema que motivou a produção de diversas matérias, ao longo dos seis meses de pesquisa, foi a discussão da necessidade ou não da contratação de médicos estrangeiros para atuarem no SUS. Em nosso recorte, o jornal já propôs a agenda a partir da dimensão local, divulgando o apoio do prefeito de Fortaleza à iniciativa do Governo Federal de convocar médicos de outros países, especialmente de Portugal e da Espanha, que apresentassem interesse em trabalhar em regiões remotas do Brasil. ‘Prefeito quer contratar médicos de exterior’ foi o título da matéria publicada no dia 25 de janeiro, mas nela apenas o gestor apareceu como favorável à ideia. O Sindicato dos Médicos do Ceará, por exemplo, enfatizou que não faltavam médicos no estado, e o que estaria ocorrendo seria um afastamento dos profissionais da rede pública de saúde devido a uma “baixa remuneração e as más condições de trabalho”, segundo seu presidente.

No dia 19 de fevereiro, no entanto, o jornal produziu uma matéria sobre o estudo realizado pelo Conselho Federal de Medicina, que apontou: o Ceará tinha menos de um médico para cada mil habitantes trabalhando no SUS, ou seja, menos que a razão ideal preconizada pela Organização Mundial de Saúde (1/1000). Além disso, os médicos existentes, segundo o estudo, estariam concentrados na capital e nas especialidades médicas, portanto distantes da atenção primária promovida através do Programa Saúde da Família, nível considerado como porta de entrada e eixo organizador do SUS, pelo Decreto 7508, que regulamenta a Lei Orgânica do Sistema. O Diário publicou um editorial no dia 2

de março, assumindo a ‘Carência de médicos’ já no título e divulgando as iniciativas do Ministério da Saúde para resolver o problema, por exemplo, através do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – Provb.

Quando o acordo sobre os médicos estrangeiros de fato se solidificou outro elemento passou a ter grande relevância nos textos: o fato de que eles seriam, majoritariamente, cubanos, e as implicações políticas que esta origem suscitou, especialmente a partir de junho, com as manifestações de rua e todo o tensionamento político que se construiu sobre as posturas decisórias do PT, um partido com origem histórica de esquerda, tanto quanto Cuba, e que governa o Brasil. De solução para os problemas de acesso ao atendimento, os médicos cubanos transitaram também pelo papel de militantes eleitoreiros, como afirma um leitor no dia 15 de maio: “Certamente o governo vai contratar, ou já contratou, espões cubanos, disfarçados de “médicos”, para fazer a campanha do Lula ou da Dilma no interior do País nas próximas eleições”.

Além destes cenários de gestão e financiamento do SUS que vão aparentemente se naturalizando a partir de sua expressiva presença na mídia, encontramos também uma relação de protagonismo de alguns elementos do Sistema, sobretudo em dois casos trágicos registrados ao longo da pesquisa. O primeiro foi o incêndio ocorrido na boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na madrugada de 27 de janeiro de 2013. A primeira matéria produzida pelo Diário, de capa, trouxe, além dos dados oficiais de mortos e feridos, o pronunciamento da Presidente Dilma ordenando ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, toda a atenção necessária ao caso. Nas imagens, a atuação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), socorrendo e aconselhando as vítimas, mereceu destaque no impresso. Sua atuação foi classificada como “rápida” e “grande” nas legendas das fotografias.

Nos dias que se seguiram, o Ministério montou uma força tarefa, nomeada de Força Nacional do SUS, e o próprio ministro deslocou parte de seu gabinete para o município, a fim de acompanhar pessoalmente o andamento das estratégias de atenção, que consistiam basicamente em monitorar e organizar o fluxo de atendimentos hospitalares às vítimas. Na dimensão local, o prefeito de Fortaleza ofertou ao ministro Padilha os serviços do Centro de Tratamento de Queimados, unidade de referência do maior hospital municipal de urgência e emergência, para atender os sobreviventes. Corridos os dias, a Força Nacional se dissolveu e ao Ministério da Saúde coube assumir o papel de porta-voz do número crescente de mortos, papel este assumido mais tarde pela Secretaria Estadual de Saúde do

Rio Grande do Sul, até que, não sendo possível fazer mais nada em sua área de atribuição, o gabinete local foi desfeito, no dia 19 de fevereiro. Tudo acompanhado e narrado pelo jornal.

O segundo caso, dessa vez de âmbito local, foi o percurso assumido pelo maior hospital de urgência e emergência do Ceará, o Instituto José Frota (IJF), no caso dos franceses, um turista e outro residente no estado, que sofreram um choque elétrico de altíssima voltagem ao passearem pelas dunas de uma famosa praia local, no dia 12 de fevereiro. Socorridos pelo Samu, os franceses foram internados no hospital, e o caso gerou um agendamento de diversas pautas parecidas, embora menores em gravidade, que tinham em comum a presença deste hospital como centro de referência. O turista faleceu no dia 18 de fevereiro, por complicações causadas pelas queimaduras de terceiro grau, e a outra vítima foi transferida dias depois para seu País de origem, e na hora do embarque a família deixou agradecimentos à equipe do hospital pela atenção dispensada e pela eficiência promovida na primeira fase do tratamento. E o jornal aproveitou a deixa e afirmou: “*Referência* na saúde pública no nordeste, o IJF dá provas contínuas da *importância* que tem para a sociedade”.

Conclusão

As narrativas e as marcas discursivas que destacamos neste artigo não foram as únicas com continuidade assegurada pelo jornal O Diário do Nordeste ao longo dos seis meses de pesquisa. Outros temas e outros desdobramentos foram verificados, e estão presentes no texto que deu origem a este manuscrito. Contudo, esses são exemplos do modo como o jornalismo vai construindo sua própria referencialidade a partir do que é anunciado: sua prática discursiva se relaciona e confere poder ou esquecimento a outras práticas discursivas que se tecem dia após dia.

Neste momento, tínhamos o objetivo de apresentar algumas formas através das quais a intertextualidade se faz presente nas notícias, e apontar como os discursos produzidos vão, cotidianamente, alimentando a construção de diversos sentidos sobre o SUS. Assim, gostaríamos de apresentar como as palavras são cuidadosamente escolhidas para gerar representações com maior ou menor valorização social, com maior ou menor status cultural. A partir de formações discursivas diferentes, embaladas por contextos e contextos também bastante diferenciados, relatamos que o SUS, até quando não foi nomeado, teve sentidos atribuídos muito diversos, não raras vezes antagônicos.

Nessa narrativa cotidiana, vamos percebendo que essas políticas de saúde abordadas sob a ótica dos modos de dizer midiáticos vão deixando pistas para os sentidos a serem recolhidos: gestões que tomam posse e encontram setores de saúde sucateados, que fazem desses setores sua prioridade discursiva – prontamente acolhida e visibilizada pelas notícias; promessas de novos equipamentos cuja legitimidade é posta à prova quando a inauguração parece mais importante que a escolha de bons materiais de construção, que não permitam a queda de tetos ou paredes; iniciativas na área de saúde mental, capitaneadas por uma lógica produtiva representada pelo estado de São Paulo e sua gerência economicista; a necessidade da presença de médicos em lugares longínquos do país e as ações políticas para estruturar isso etc.

Nesses percursos e em seus intervalos, vão emergindo identidades para o Sistema Único de Saúde, muitas vezes sem sequer nomeá-lo nos discursos: ineficiência, abundância de gastos, retrocesso de modos de cuidado. Mais à frente, registrando as práticas bem sucedidas, outro SUS aparece em cena: um sistema capaz de gerir catástrofes, de garantir a assistência em determinadas áreas de referência e assim por diante. Às vezes envolto em esperança, considerado importante; às vezes denunciado como precário ou atrasado; discursos sobre o Sistema emergem e conformam as realidades de quem lê, talvez bastante diferentes das realidades de quem vive, do usuário, do ser que carece dessa ação política. Ou, quem sabe, correspondentes, uma vez que a interpretação mora no contexto de cada um que recebe e agrega à informação novos significados. A intertextualidade nos permite recolher esse refugio e, a partir de suas pistas, mapear a prática social discursiva, tão cara para a construção da realidade. Seus efeitos não morrem nos discursos, mas, do contrário, o transbordam e se refletem em mudanças ou estagnações políticas, sociais, econômicas. Dizendo, e retomando o já dito, ou silenciando-o posteriormente, a mídia constrói os seus roteiros, suas fabulações e suas intervenções.

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. DE. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 25–40, 2003.

ARAÚJO, I. S. DE. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

ARAÚJO, I. S. DE. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165–178, 2004.

ARAÚJO, I. S. DE. Um olhar sobre as relações entre o SUS e a mídia. **Seminário SUS 20 anos**, Rio de Janeiro, p.62–69, Fiocruz, 2009.

- ARAÚJO, I. S. DE; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- FAUSTO, A. **Comunicação & Mídia Impressa: estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- FAUSTO, A. O jornalismo e os limites da representação. In: A. P. Brandão; A. F. Neto; L. Magalhães; M. J. Pinto; M. Duarte (Eds.); **Discursos: estudos da linguagem como prática social**. p.11–30, 2005. Rio de Janeiro: Ilustração.
- FAUSTO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. **Intercom**, p. 1–21, 2007.
- GRANDO, C. P. Os dispositivos que constituem o dispositivo. **Observatório da Imprensa**, 27. Apr. 2012. São Paulo. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed711_os_dispositivos_que_constituem_o_dispositivo>.
- LERNER, K.; SACRAMENTO, I. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- MENDONÇA, K. Assentamentos da memória: reconstruções de memória discursiva na revista *Veja*. **Compós**, 2004.
- OLIVEIRA, V. D. C. Os sentidos da saúde nas mídias jornalísticas impressas. **Reciis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2013.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso**. 1 ed. São Paulo: Pontes, 1983.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. 3 ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso**. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- SANTIAGO, A. M. V. **Análise da imprensa escrita sobre o SUS no sistema municipal de saúde de Fortaleza entre 2005 e 2008**, 2010. Faculdade de Medicina-UFC.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- SOERENSEN, C. A profusão temática em Mikhail Bakhtin: dialogismo, polifonia e carnavalização. **Travessias**, v. 5, p. 1–10, 2005.
- VAZ, P.; CARDOSO, J. M. A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no *Jornal Nacional* em 2008. **Compós**, Porto Alegre, p.1–16, 2011.